



A caminho da GREVE GERAL, 6 mil marcham por avanços em negociações

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão diz, no entanto, que são remotas chances de atender essas demandas em 2012

Página 5

GREVE



ASSEMBLEIAS PARA DEFINIR INDICATIVO DE GREVE

Página 3



Servidores de Goiás vão à luta para garantir acordos

Página 5

PEC 5/2012, uma vitória dos trabalhadores

Confira entrevista com o secretário-geral da Condsef, Josemilton Costa, referente à aprovação da PEC 5/2012, que garante proventos integrais a servidores públicos aposentados por invalidez.

Página 3

INFORMES JURÍDICOS

Página 6

Junho, é GREVE no setor público federal!

Página 2

NOTA DE REPÚDIO À DESFILIAÇÃO DE SERVIDORES DA CONAB

Aos companheiros que não se deixam enganar, saudações da direção do Sintsep-GO!

Página 6

Junho, é GREVE no setor público federal!

No atual contexto do movimento dos servidores públicos federais, o mês de junho soa decisivo para o movimento dos SPF. Isto porque uma Plenária Geral, em 5 de junho, pode decretar o início de uma das maiores greves que o setor público já protagonizou, a partir do dia 11 do mesmo mês.

O movimento, liderado por 31 entidades nacionais, aglutina cerca de 2 milhões de trabalhadores públicos em todo o país. Ou seja, o movimento integra praticamente todo o universo dos servidores do Executivo Federal – cuja totalidade, segundo dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é de 2,04 milhões de pessoas.

Parece complexo, mas a razão do movimento é simples. O posicionamento do governo Dilma Rousseff em não abrir margem à negociação com os trabalhadores está insustentável. Diferente de seu antecessor que – longe de atender todas as reivindicações dos servidores públicos – ao menos mantinha canal aberto de negociações e implementou amplo processo de correção das tabelas salariais de todas as categorias do setor público federal.

Infelizmente, o governo – ao invés de ter o servidor como principal aliado no processo de fortalecimento e desenvolvimento do país – tem tratado seus trabalhadores como ‘meninos birrentos’, usando mão de afagos e satisfações pontuais, a fim de fazê-los calar.

Mas este ano de 2012 não vai ser assim. A população está cansada de não ser priorizada e os servidores estão cansados de não ter seu valor reconhecido. Ao contrário do que toda a mídia aponta, a imensa maioria dos servidores públicos não é valorizada como deveria, tem sistematicamente perdido direitos conquistados ao longo de décadas e carrega, nas costas, o peso de uma máquina politicamente viciada, movimentada ao peso de interesses e favores políticos, feita para não funcionar.

No meio desta equação que tem de um lado a sociedade – que necessita dos serviços públicos – e, do outro, os dirigentes políticos, os servidores públicos recebem todo o processo de tensão social. Segundo dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a participação do emprego público é pequena no Brasil. O percentual de servidores entre o total de ocupados não chega a 11%. Se comparado a toda a população, não atinge 6%. Em termos deste percentual de contingente, estamos atrás de países como Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Japão, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia. Estamos na 17ª posição.

O estudo se traduz na realidade por meio de dados concretos: segundo o Ministério da Saúde, em três anos, 85% de seus servidores já terão condições de se aposentar. Por ser pouco atrativo, e por não ser prioridade para o governo, a renovação praticamente inexistente neste e noutros setores.

O resultado de tamanha indignação e insatisfação generalizada se traduz numa forte e uniforme mobilização. É bom saber que os trabalhadores estão acordando de um sono profundo, percebendo que a única mudança real e possível é aquela que conseguirmos construir. Por isso, em especial neste mês de maio – bem como em todos os meses e anos que virão –, o Sintsep/GO conchama todos e todas a sermos parte desta mudança.

Na estrada

Nos meses de fevereiro, março e abril, o Sintsep/GO percorreu praticamente todas as regiões de Goiás, consultando sua base com relação ao movimento grevista previsto para o mês de maio. Nos mais de 46 municípios, a resposta é uma só: adesão total, desde que pelo menos 50% da base da Condsef dê respaldo à greve geral, por tempo indeterminado.

Reestruturação das tabelas do PST

Com o aval do ministro Alexandre Padilha, a Condsef trabalha pela reestruturação das tabelas da carreira da Previdência, Saúde e Trabalho equalizando-as com as que estão contidas na Lei 12.277/10 (carreiras transversais). A tabela foi aprovada por unanimidade no encontro nacional dos servidores do setor e ratificada em sua mesa nacional. A categoria deve ficar atenta e construir a mobilização em torno desta demanda que visa implantar a tabela entre 2013 e 2014. O diferencial entre a proposta para a carreira do PST e a Lei 12.277 é a inclusão dos níveis Intermediário e Auxiliar, já que a Lei 12.277 só diz respeito ao nível superior.

Centro de Formação

Fortalecendo e ampliando as atividades de formação do Centro Cultural Márcia Jorge, o Sintsep/GO – além de manter grade de atividades em parceria com instituições como Centro Eldorado dos Carajás e Geap – possui agora um curso regular de Inclusão Digital, com professores contratados para a atividade. Para saber mais informações sobre datas e matrícula é só ligar no (62) 3932-4203 ou 0800-604-2010.

Reajuste de Benefícios já!

Estudo Técnico nº 95/2012, feito pelo Dieese e encomendado pela Condsef, aponta que benefícios como Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Assistência Pré-Escolar, Assistência Médica e Odontológica, Diárias e Auxílio-Funeral pagos pelo governo Federal se encontram em extrema defasagem. De acordo com pesquisas recentes, o valor médio que deveria ser pago a um trabalhador para se alimentar com dignidade seria de R\$27/dia. Isso implica em um valor mensal de R\$ 594,00 para o benefício. Servidores do Executivo recebem hoje R\$ 304,00 – valor bem abaixo do apontado como ideal pelas pesquisas.

Reunião com Planejamento não avança

Um dia antes do Dia Nacional de Lutas, a reunião das 31 entidades da Campanha Salarial Unificada 2012 com o Ministério do Planejamento não trouxe avanços nos processos de negociação. O governo retomou o discurso de austeridade e não trouxe propostas efetivas para as demandas urgentes apresentadas pelos servidores. A reivindicação de reajuste linear de 22,08% com correção das distorções foi mais uma vez rejeitada pelo governo. As entidades se preparam para apresentar uma contraproposta, baseada em estudos encomendados ao Dieese que levam em conta a inflação dos últimos dois anos e o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro do mesmo período.

CNTC fora do dissídio da Conab

No último dia 23 de abril, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) negou o pedido da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) de ingressar e atuar no dissídio coletivo dos trabalhadores da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). A CNTC tem atuado como entidade de fachada, na tentativa de aprovar um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que não contempla o que quer a maioria dos trabalhadores da companhia. Para o Sintsep-GO e a Condsef, a decisão proferida pelo ministro Márcio Eurico Vitral é importante, pois além de impedir que a CNTC represente os interesses dos trabalhadores da Conab no dissídio coletivo, ratifica o que a Condsef vem afirmando a um bom tempo: que ela e seus sindicatos gerais são os legítimos representantes da categoria. A Condsef continua orientando os trabalhadores da Conab filiados aos diversos sindicatos gerais que rejeitem a representação dessa entidade de fachada, que não possui identidade e luta com a categoria e quer unicamente se apropriar do Imposto Sindical.

Luta por Gacen integral na aposentadoria

Permanece em negociação a integralidade da Gacen para aposentados e pensionistas. A Condsef e o Sintsep-GO compreendem que ela é uma gratificação que não está ligada à desempenho, mas sim a cargo ocupado e, portanto, é fixa. Neste sentido, sua acumulação para aposentadoria deve ser integral!

17 setores discutem aglutinação de cargos, RT, GQ e tabelas

Ciência e Tecnologia (C&T), AGU, PEC/FAZ, Inbra, Funai, PEC/DPRF, PEC/Cultura, DFMM, Arquivo Nacional, MEC, MAPA, M. Justiça, Embratur, DPU, HFA, MRE e MTE (inclusive SPU) discutiram gratificação de qualificação (GQ), retribuição de titulação (RT) e tabelas remuneratórias envolvendo a Lei 12.277/10. Quanto a aglutinação de cargos, o Planejamento informou que já existe um posicionamento da AGU sobre o tema e que isto ajudará o governo a definir como deve ser resolvida esta questão sem ferir os entendimentos jurídicos envolvidos. Sobre a remuneração dessas categorias, é consenso que o governo pretende seguir trabalhando a equalização das tabelas tendo como parâmetro a Lei 12.277/10, para o nível superior; para os demais níveis ainda não há consenso. A RT só deve ser aplicada para carreiras das áreas de pesquisa e ensino. Já a GQ vem sendo tema de discussão para buscar a forma ideal de implantá-la, levando-se em conta as atribuições de cada órgão. Segundo o governo, demandas específicas só serão discutidas após a definição das gerais.

Reuniões agendadas com o governo

Confira a agenda marcada para encontros específicos dos setores: 09/05: C&T; 11/05: GQ e Av. Desempenho; 16/05: MMA e Inmetro; 17/05: INPI; 22/05: Anistiados, Instituto Evandro Chagas e Abin; 23/05: Inep/FNDE, PCCTM e DNIT; 24/05: Sesai, Gacen/Gecen.

A caminho da **GREVE GERAL**, 6 mil marcham por avanços em negociações



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão diz, no entanto, que são remotas chances de atender essas demandas em 2012

Convocada pelas 31 entidades que compõem a Campanha Salarial 2012 – lançada no mês de fevereiro deste ano – a mobilização ocorrida no dia 28 de março, que reuniu mais de 400 servidores de Goiás e – em sua totalidade – mais de seis mil companheiros, foi marcada por vigília em frente ao Ministério do Planejamento onde também aconteceu uma reunião com a equipe do secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça. O diálogo com o governo trouxe pouquíssimas novidades, mostrando que os servidores devem continuar apostando no reforço da unidade e mobilização. Com o atual cenário, o indicativo de greve fica cada vez mais iminente.

Segundo o Planejamento, neste momento é muito difícil atender a demanda de política salarial com data-base e descartou a possibilidade de conceder reajuste emergencial de 22,08% aos servidores. Questionado se haveria possibilidade de concessão de reajustes em 2012, o secretário de Relações do Trabalho foi categórico ao afirmar que para este ano o governo não trabalha com esta possibilidade. Disse ape-



nar nas negociações que envolvem reajuste no conjunto de benefícios, entre eles auxílio-alimentação, creche, transporte e plano de saúde. Mendonça informou ainda que o governo pretende priorizar as negociações setoriais sem com isso deixar de negociar as demandas macro dos servidores.

A política de governo será a de correção das distorções entre as carreiras. Para isso, o Planejamento está marcando agendas de reuniões setoriais. Após uma radiografia das pautas específicas, o governo decidirá como proceder. Sobre data-base, Mendonça acrescentou que a proposta está condicionada a regulamentação da negociação coletiva e implantação do sistema de negociação permanente.

Discurso de austeridade só para trabalhadores

Sobre os prazos para apre-

sentação de propostas formais aos servidores, Mendonça informou que o Planejamento fará todo o esforço para buscar um desfecho para as negociações até o dia 31 de julho. Acrescentou que o governo não quer a greve, mas que tem sua dinâmica visto

que a despesa de pessoal é uma decisão de porte que afeta toda a macroeconomia do País. Os argumentos de que o atendimento das demandas dos servidores poderia gerar problemas para a economia brasileira foram questionados pelos sindicalistas. O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, registrou que o governo brasileiro só tem restrições orçamentárias quando discute demandas dos trabalhadores. Em contrapartida já desonerou R\$ 90 bilhões da folha de impostos que deviam ser pagos por empresários. Além disso, o governo beneficiou o empresariado com mais de R\$ 25 bilhões em isenção de impostos.

Greve em Goiás

O movimento paredista está sendo construído em Goiás de forma responsável, com consultas feitas a toda a base. De acordo com o presidente da entidade, Ademar Rodrigues, foram realizadas assembleias em praticamente todos os municípios onde existe base do Sintsep-GO no Estado – 53 municípios. (Confira as fotos de parte das assembleias no encarte “GREVE” em Goiás).

“Até o momento, nas assembleias realizadas pelo Sintsep-GO, está clara a posição de paralisação por parte dos servidores do Estado desde que, em nível nacional, haja uma adesão de pelo menos 50% da base da Condsef”, afirmou o presidente.

De acordo com a direção do Sintsep-GO, infelizmente o governo não está deixando outra saída para os trabalhadores que não o início de um movimento grevista. “Há muito maquiavelismo no processo negociado por parte do governo Federal. É tudo feito em cima da hora, na correria, no apagar das luzes, a fim de que os trabalhadores aceitem os acordos goela abaixo. E, quando sai alguma coisa errada, nós é que temos que correr atrás do prejuízo, aguardar a edição de novas leis, enfim, é uma má-fé muito grande por parte do governo que nós não vamos mais aceitar”, desabafa. “Isso inclusive foi reforçado na audiência com o Sérgio Mendonça. Enquanto as entidades solicitam uma resposta do governo até 31 de março, eles continuam dizendo que as respostas efetivas só poderão vir em 31 de julho”, complementa.

Este foi o posicionamento defendido pelo Sintsep-GO na 7ª Plenária Estatutária da Condsef, ocorrida em Caldas Novas, entre os dias 12 e 15 de abril último. O evento contou com a participação de cinco delegados do Sintsep-GO, que reforçaram a posição da base em Goiás, de apoiar a greve, caso tenha adesão de pelo menos 50% da base dos SPF em todo o país.

DIA NACIONAL DE LUTAS

Servidores de Goiás vão à luta para garantir acordos



Atendendo ao chamamento feito à toda categoria, servidores públicos federais de Goiás, liderados pelo Sintsep-GO, tomaram o anel central da Praça Cívica, em Goiânia, nesta quarta-feira, dia 25 de abril, nas atividades do dia

Aparecida, Anápolis, Goiatuba, cidade de Goiás, Formosa, Piracanjuba, Trindade, Rio Verde, Uruaçu e Quirinópolis também aderiram ao protesto, paralisando suas atividades. Na capital, cerca de 400 companheiros e companheiras dos órgãos da

Nacional de Lutas. Além da capital goiana, segundo informações repassadas ao Sintsep-GO, os municípios de Turvânia, Sanclerlândia, São Luiz, Jataí, Ceres, Aparecida, Anápolis, Goiatuba, cidade de Goiás, Formosa, Piracanjuba, Trindade, Rio Verde, Uruaçu e Quirinópolis também aderiram ao protesto, paralisando suas atividades. Na capital, cerca de 400 companheiros e companheiras dos órgãos da

base do Sintsep-GO se concentraram em frente à sede do Ministério da Saúde, reivindicando negociação por parte do governo Federal, com o respectivo cumprimento dos acordos firmados ainda em 2011. Até o momento as reuniões no Ministério do Planejamento não trouxeram os avanços esperados. O caminho necessário para buscar o atendimento das demandas que vêm sendo negociadas é o da unidade e mobilização das categorias, “com greve geral, se necessário”, destaca o presidente da entidade, Ademar Rodrigues.

O próximo Dia Nacional de Luta já tem data marcada, **17 de maio**, com expectativa de algum retorno, por parte do governo, até o dia 30 deste mês. Uma grande ple-

Reivindicações

nária das entidades está programada para o dia 5 de junho, na Esplanada, com votação de indicativo de greve geral a partir de **11 de junho**. Entre as reivindicações que compõem a Campanha Salarial 2012 estão a busca por uma política salarial que envolva reposição inflacionária e correção de distorções. As entidades já apresentaram oficialmente uma proposta ao governo, baseada em estudos feitos pelo Dieese que levam em conta a inflação dos últimos dois anos para reposição inflacionária e variação do PIB do mesmo período para correção de distorções na administração pública.

PEC 5/2012, uma vitória dos trabalhadores

Confira entrevista com o secretário-geral da Condsef, Josemilton Costa, referente à aprovação da PEC 5/2012, que garante proventos integrais a servidores públicos aposentados por invalidez, que tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003. Para ele, a aprovação da PEC 5/2012 representa um avanço que vai impactar na vida de mais de 12 mil pais e mães de família do Executivo Federal, que terão seus vencimentos integralizados, com recuperação de cerca de 60% de seus salários. Confira a entrevista produzida pelo Sintsep-GO com o dirigente da Condsef:

1) Esse projeto é resultado de uma demanda da Condsef levada aos parlamentares?

JC- Ele foi uma iniciativa da deputada Andréia Zito, do Rio de Janeiro. Nós da Condsef abraçamos ele, já que era uma causa nossa de muitos anos, tendo em vista que ele vem corrigir a situação de mais de 12 mil pais e mães de família - isso considerando somente o Executivo Federal. Convocamos várias audiências públicas, manifestações, reuniões, enfim... É uma vitória muito forte nossa e de todas as nossas filiadas.

2) O que representa a aprovação desta Emenda para a categoria?

JC- Representa que servidores que perderam até 60% de sua remuneração vão passar a receber seus proventos com integralidade. O governo tem 180 dias para regularizar a situação deste pessoal.

3) Na prática, como o trabalhador deve recorrer para revisar sua aposentadoria?

JC- Na prática quem tem que rever é a Administração. Mas assim que for promulgado, Condsef vai orientar juridicamente suas filiadas para cobrar dos RHs dos órgãos. Serão muitos processos para serem revistos e, por isso, pode haver certa dose de má-vontade ou mesmo equívocos.

Então, as nossas filiadas terão meio que fiscalizar esse processo.

4) A expectativa da Condsef é a mesma em relação às emendas feitas ao PL 2203?

JC- Infelizmente não é a mesma expectativa. Há uma resistência por parte do governo e de diversos parlamentares com relação ao PL. Além disso, não temos o mesmo clamor social, o mesmo nível de mobilização. Temos a palavra do governo, que afirmou que as emendas que fossem de ajustes ao projeto seriam acatadas. Vamos pressionar como sempre temos feito em busca da melhor negociação para nossa base.



5) Como está a questão da Audiência Pública do PL 2203/11 em Goiânia?

JC- Iria ocorrer em abril. No entanto, o relator do projeto, deputado Jovair Arantes, ficou de fazer contatar a Condsef para confirmar as agendas, mas isso não ocorreu até hoje.

NOTA DE REPÚDIO À DESFILIAÇÃO DE SERVIDORES DA CONAB

O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal em Goiás (Sintsep-GO), filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), conforme decisão referendada pela última Plenária de Base da categoria, do dia 9 de março de 2012, vem à público REPUDIAR a atitude de 63 trabalhadores da CONAB, em Goiás, que solicitaram desfiliação de nossa entidade, com o objetivo de fortalecer a criação de uma nova entidade, de caráter patronal, que busca agora inserção junto à base dos servidores da Conab.

Foi graças à ação do Sintsep-GO em Goiás, e da Condsef, em nível nacional, que centenas de companheiros foram anistiados e reconduzidos a seus postos de trabalho, após serem demitidos pelo ex-presidente Fernando Collor de Melo. Até hoje, 90% dos funcionários demitidos foi reconduzida graças a este trabalho. Foi a ação destas duas instituições, e dos demais sindicatos gerais, que levou à assinatura de todos os acordos coletivos, celebrados até hoje entre a categoria e o governo.

Em 1994, os companheiros

Gilberto Jorge e Márcia Jorge ficaram acampados na sede nacional da Conab, durante 15 dias, lutando ao lado dos companheiros demitidos, até que fossem retirados por agentes da Polícia Federal. Muitos destes que se desfiliam agora tiveram suas despesas garantidas pelo sindicato, quando em momento de grave crise, não tinham condições de manter, sequer, o próprio sustento.

O Sintsep-GO lamenta muito que, interesses particulares de um pequeno grupo - que inclusive já pertenceu à direção da própria Condsef - movimentem um grupo tão grande de trabalhadores, levando-os a tomarem decisões equivocadas acerca de sua representação sindical. A entidade pede que os companheiros abram o olho, aprendam a discernir atitudes comprometidas de atitudes oportunistas e, desta forma, saibam tomar as melhores decisões.

Aos companheiros que não se deixam ludibriar, saudações da direção do Sintsep-GO, entidade que junto a Condsef tem garantido não apenas o retorno de servidores demitidos, mas todos os acordos coletivos que há décadas têm beneficiado toda a categoria.

INFORMES JURÍDICOS

28,86% - Anistiados Funasa

O Sintsep-GO informa que aqueles filiados anistiados da FUNASA, que receberam os 28,86% - ou que ainda não pleitearam este direito - devem procurar o sindicato COM URGÊNCIA para o recálculo do valor recebido. Isso ocorre porque estes servidores anistiados, quando retornaram, foram enquadrados em uma lei que gerou um cálculo inferior ao que eles tinham direito. Por conta disso, se você é servidor anistiado da Funasa e recebeu - ou faz parte - do Processo dos 28,86% fale com a Assessoria Jurídica do Sintsep-GO!

Contagem de tempo especial

Devido ao número de servidores que haviam ficado fora do Mandado de Injunção 880/08, o Sintsep-GO impetrou na Justiça, este ano, o MI 4521. Protocolado com rol de 296 filiados, o documento busca assegurar que os filiados ao sindicato, constantes na peça judicial, tenham direito ao abono de permanência ou contagem especial de tempo de serviço.

Segundo Marcos Aurélio, diretor jurídico da entidade, o novo MI é "uma tentativa, que pode dar certo ou não. Isso quem decide é a Justiça", destacou, complementando que o sindicato está buscando todas as possibilidades para que seus filiados sejam contemplados. "Esta é uma demonstração do quanto é importante permanecer filiado à entidade. A eficácia desta peça jurídica só alcança os filiados na época em que a ação é protocolada. É uma vitória expressiva para quem faz parte, e uma grande perda para quem saiu ou não se filiou", finalizou.

MI 880

Sintsep-GO adverte aos servidores do MS/Funasa **que têm direito** aos efeitos do MI 880 em seu processo de aposentadoria, que **não desistam** de sua aplicação. Mesmo que demore um pouco mais, a contagem especial de tempo é um direito do qual o servidor não deve abrir mão, tendo em vista que, no futuro, este tempo não contabilizado pode fazer falta!

Servidores da Casai e da Sesai-MS, de Goiânia-GO. Remanescentes da Funai, Fundação Sesp, Sucam e Funasa unidos na luta por seus direitos!



EM FOCO



Sintsep-GO participa de ato do 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador, em Goiânia, na Praça do Trabalhador, ao lado de entidades como CUT-GO, Sintfesp GO/TO, MST e Sindsaúde/GO, entre outras.